



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

OFÍCIO/GAB/ Nº 70/2024

Piumhi/MG, 12 de Abril de 2024.

A Sua Excelência o Senhor

Vereador Wilde Wellis de Oliveira

DD. Presidente da Câmara Municipal de Piumhi – MG

Nesta

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando, em anexo, Projeto de Lei nº ____/2024 para apreciação dessa Douta Câmara Municipal.

Atenciosamente,


PAULO CÉSAR VAZ
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

PROJETO DE LEI nº ____/2024

Altera dispositivos da Lei Complementar 67/2019 que “Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município de Piumhi”.

O Chefe do Poder Executivo do Município de Piumhi/MG, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE PROPOR A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º. Fica alterado o Art. 19, II, “b” da Lei Complementar Municipal 67/2019 passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. (...)

I. (...)

II. (...)

a- (...)

b- *Nos parcelamentos realizados ao longo das faixa de domínio público de rodovias, ferrovias e dutos, com largura mínima de 5,00 m (cinco metros) de cada lado das faixas de domínio;*

(...)”.

Art. 2º. Fica alterado o Art. 22, §6º da Lei Complementar Municipal 67/2019 passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. (...)

§6º. *As áreas públicas não poderão ser encravadas, nem ter declividade superior a média geral da gleba que estiverem situadas, devendo ter acesso direto para vias públicas, obedecidas as condições do Art. 19 desta lei.*

(...)”.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

Art. 3º. Fica alterado o Art. 28, caput, da Lei Complementar Municipal 67/2019 passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.28. O sistema viário dos loteamentos deve obedecer, quanto à geometria das vias, às características definidas no Código de Trânsito Brasileiro, seus anexos e Manuais ou legislação que vier a substituí-los, além do Anexo IV, bem como não obstacularizar a continuidade do sistema viário público existente ou projetado, observado o §3º deste artigo.

(...)”

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piumhi – MG, 12 de abril de 2024.


Dr. Paulo César Vaz
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

Estado de Minas Gerais
C.N.P.J. 16.781.346/0001-04

Rua Padre Abel, 332 - Centro
CEP 37.925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9200

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei com a ementa: **Altera dispositivos da Lei Complementar 67/2019 que “Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município de Piumhi”.**

Como se depreende do contexto do projeto de lei que ora submetemos à análise desta Casa, se fazem necessário em relação a Lei Complementar Municipal 67/2019, para melhor adequação do texto legal à legislação vigente nos seguintes contextos:


- A. A alteração proposta no Art. 19, II, “b” visa adequar a legislação Municipal frente à Lei Federal 6.766/1979 que determina, em seu **artigo 4º, III**, alterado pela Lei Federal 13.913/2019, que: ao longo das faixa de domínio público das rodovias, e reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado.
- B. A alteração proposta no Art. 22, §6º, visa dar diretrizes essenciais para que as áreas públicas descritas nos projetos de parcelamento de solo tenham, além de acesso direto a vias públicas, estejam vinculadas às condições descritas no Art. 19.
- C. A alteração proposta no Art. 28 visa dar continuidade ao sistema viário público existente, não podendo o empreendedor ou loteador obstacularizar sua continuidade, salvo condições de topografia e acessibilidade não compatíveis.

Certos do empenho desta Colenda Casa Legislativa em atender aos anseios da comunidade, contamos com a deliberação deste projeto e sua consequente aprovação em **REGIME DE URGÊNCIA**.

Regime de Urgência esse que se justifica pela necessidade de instituir diretrizes para revisão do Plano Diretor.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevada estima e consideração.

Piumhi – MG, 12 de Abril de 2024.


Dr. Paulo César Vaz
Prefeito Municipal